



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. [www.jornaldocomercio.com/agro](http://www.jornaldocomercio.com/agro)



# Pedido de vista adia votação sobre dívidas rurais

## Emenda da senadora Tereza Cristina cria fundo garantidor com R\$ 20 bilhões para apoiar novos contratos

Claudio Medaglia  
claudiom@jcrs.com.br

Um pedido de vista coletivo adiou para a semana que vem a votação do parecer do relator Renan Calheiros (MDB-AL) sobre o PL 5.122/2023, que trata da renegociação das dívidas rurais. O movimento foi considerado um “grande avanço” para promover ajustes finais no texto, cuja tendência é de aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A ideia é adequar as emendas agregadas pelos senadores e pelo governo, após semanas de discussões, que não estão de acordo com a norma do texto legal. Uma das emendas, apresentada pela senadora Tereza Cristina (PP-MS), prevê a criação de um fundo garantidor de crédito, com R\$ 20 bilhões. Falta indicar de onde sairá esse recurso complementar, o que deve ser definido até a próxima sessão

da CAE, explicou o deputado Alceu Moreira (MDB-RS).

“A ideia é fazer o texto chegar redondo na CAE. Aí, vota pela manhã, e à tarde no Plenário do Senado. E na semana seguinte é votado na Câmara dos Deputados”, projetou. Segundo Moreira, o produtor não tem mais garantia real para oferecer no novo contrato, já que está endividado por conta dos últimos anos de frustração nas lavouras. “O fundo fará o papel do avalista, com uma taxa de inadimplência de 4% a 6%. Com isso, alavanca R\$ 140 bi em financiamentos. Se produtor não conseguir pagar, fundo garante”.

O deputado gaúcho ressaltou que essa ideia já estava na proposta original, mas enfrentava rejeição do governo federal. A União argumenta que somente os recursos dos fundos não atingirão os R\$ 170 bilhões pretendidos pelo setor. E que serão necessários re-

ursos orçamentários.

“Tem o Desenrola Rural, para o pequeno e médio produtor. Mas atende a quantos produtores? Isso nós vamos apurar. E o pequeno e médio que não foi abrangido? Então, vamos apoiar o PL 5.122, e o governo entrará com recurso complementar pra atingir a totalidade dos produtores”, observou Moreira.

O deputado gaúcho ressaltou a atuação de Tereza Cristina e Renan Calheiros no processo. A senadora por ter profundo domínio do tema e se envolver intensamente para clarear os pontos sensíveis. E Calheiros por, mesmo sem ser ligado ao agro, ter abraçado a causa. “Ele tem o respeito e a confiabilidade do governo. Fez a ponte que não conseguiríamos fazer”.

O parlamentar tem sido um forte defensor do PL 5.122 e, durante a sessão na CAE, chegou a comparar a situação de produtores ru-

rais brasileiros e de outros países para destacar a perda de competitividade. “O nosso produtor rural é um corredor que faz uma prova com um peso de 40 quilos pendurado no pescoço.”

O acordo para inclusão dos adendos ao texto provocou uma série de falas em comemoração prévia ao cenário que pode surgir com o avanço do projeto. “É a modernização do sistema de crédito para a agricultura brasileira”, exaltou Tereza Cristina.

Para o deputado federal Afonso Hamm (PP-RS), relator do projeto na Câmara, o PL 5.122/2023 “deu unidade nacional” para o agro. “Estamos próximos de oferecer uma ferramenta de dignidade aos produtores.”

Ainda, conforme o deputado capixaba Evair Vieira de Melo (Republicanos), o tema ganha importância por se tratar de um projeto que “passa pelo agro, mas impac-

ta a vida de todos os brasileiros”, em referência aos desdobramentos econômicos e sociais sobre os preços dos alimentos.

Em seu parecer, Calheiros foi favorável ao PL, de autoria do deputado Domingos Neto (PSD-CE). A proposta autoriza a utilização de recursos do Fundo Social – abastecido com receitas do Pré-Sal – para financiar a quitação de operações de crédito rural, Cédulas de Produto Rural (CPRs) e outros débitos vinculados à atividade agropecuária. O parecer também amplia as fontes de recursos, incluindo superávits de outros fundos públicos supervisionados pelo Ministério da Fazenda, além de doações, empréstimos e recursos adicionais definidos pelo Poder Executivo. O senador afirma que a medida é “urgente e adequada” diante do aumento da frequência de eventos climáticos extremos no País.

# GOVERNO DO BRASIL

## PELO FIM DA ESCALA 6X1

Trabalhar 6 dias e descansar só 1 ainda é a rotina de milhões de brasileiros. O Governo do Brasil enviou ao Congresso a proposta para mudar isso. Quando aprovada, mais de 14 milhões de brasileiros terão direito a 2 dias livres e um limite de 40h semanais de trabalho, sem redução de salário.

### E ESSA MUDANÇA JÁ COMEÇOU.

O Governo assinou um decreto que garante esse modelo para terceirizados em contratos federais. São 60 mil trabalhadores com mais tempo para descansar, estudar e estar com a família.

**GOVERNO DO BRASIL:  
DO LADO DO TRABALHADOR,  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO.**